



CAMARA MUNICIPAL DE CORREGO FUNDO

Estado de Minas Gerais

Rua Galeno Silva, nº 146– Centro – CEP 35.578-000 Tel: (037) 3322-
0122

EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº11/2021

TOMADA DE PREÇO Nº 01/2021

**TIPO DE APURAÇÃO: MENOR PREÇO GLOBAL POR
EMPREITADA**

OBJETO: Contratação de empresa de engenharia para a execução futura da obra da Sede da Câmara Municipal de Corrego Fundo - MG,



CAMARA MUNICIPAL DE CORREGO FUNDO

Estado de Minas Gerais

Rua Galeno Silva, nº 146– Centro – CEP 35.578-000 Tel: (037) 3322-

0177

ESTRUTURA DO EDITAL INTRODUÇÃO

1. FINALIDADE, OBJETO E TIPO
2. LOCAL, DATA, HORÁRIO, E AQUISIÇÃO DO EDITAL
3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO
4. DO CADASTRO DO REPRESENTANTE DA LICITANTE
5. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES DE PROPOSTAS DE PREÇOS
6. DO ENVELOPE Nº01–DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO
7. DO ENVELOPE Nº 02–PROPOSTA DE PREÇOS
8. DA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS/CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
9. DAS PENALIDADES
10. DOS RECURSOS
11. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
12. DA FISCALIZAÇÃO
13. DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA
14. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE
15. DA HOMOLOGAÇÃO /ADJUDICAÇÃO
16. DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES
17. DISPOSIÇÕES FINAIS

Os componentes do Projeto Executivo, Memorial Descritivo e Cronograma Físico-Financeiro, estarão disponíveis no site da Câmara Municipal de Corrego Fundo, em <http://camaradecorregofundo.com.br>

São partes integrantes deste edital os seguintes anexos:

- I. Minuta de Contrato
- II. Planilha com os Quantitativos e Custos Unitários Estimados contendo: Projeto/memória de cálculo/cronograma físico financeiro/quadro de composição de BDI
- III. Especificação dos serviços
- IV. Modelo de Proposta de preços
- V. Modelo de Declaração de Inexistência de Fato Superveniente Impeditivo à Habilitação.



CAMARA MUNICIPAL DE CORREGO FUNDO

Estado de Minas Gerais

Rua Galeno Silva, nº 146– Centro – CEP 35.578-000 Tel: (037) 3322-

0177

- VI. Modelo de Declaração de não empregar menor Art 27 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações (Pessoa Jurídica).
- VII. Declaração que não possui em seu quadro societário servidor público da ativa.
- VIII. Modelo de declaração de visita técnica facultativa.
- IX. Modelo de declaração de não visita técnica
- X. Modelo de enquadramento como ME ou EPP
- XI. Modelo de recebimento provisório
- XII. Modelo de recebimento definitivo

TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2021

A Câmara Municipal de Córrego Fundo torna público que fará realizar, com observância da Lei nº 8.666 de 21.06.93, publicada no Diário Oficial da União, de 22 de Junho de 1993, e suas alterações, a TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2021. Edital disponível no site da Câmara: <http://camaradecorregofundo.com.br>

1. FINALIDADE, OBJETO E TIPO

Tipo: Menor preço por empreitada global.

Contratação de empresa de engenharia para a execução futura da obra da Sede da Câmara Municipal de Córrego Fundo - MG,

2. LOCAL, DATA, HORÁRIO E AQUISIÇÃO DO EDITAL

O processamento e o julgamento da Tomada de Preços serão conduzidos pela Comissão Permanente de Licitações - doravante denominada **CPL** que receberá os documentos e as propostas em Sessão Pública, a ser realizada conforme abaixo indicado:

Local: Sede da Câmara Municipal – Rua Galeno Silva, nº 146, Bairro - Centro – Córrego Fundo/MG-CEP: 35578-000

Data: 10 de dezembro de 2021

Horário de Protocolo dos envelopes: até às 13:30h

Horário de Abertura dos envelopes: 14h.

Caso não haja expediente na data supramencionada, a abertura se dará no primeiro dia útil subsequente.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- DECLARAÇÃO DE VISITA da Licitante ao local de execução das obras / serviços a serem executados, declarando que visitou e que conhece plenamente as condições locais de execução dos trabalhos, conforme anexo.
- **A referida visita deverá ser agendada pelo licitante, no horário de 12 às 17 hs devendo ser feita por profissional com conhecimento técnico específico.**
- Somente poderão participar desta licitação os interessados que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital e seus anexos, bem como quanto à documentação



CAMARA MUNICIPAL DE CORREGO FUNDO

Estado de Minas Gerais

Rua Galeno Silva, nº 146– Centro – CEP 35.578-000 Tel: (037) 3322-

0177

mencionada nos artigos 27 a 31 da lei 8.666/93.

- Não poderão participar desta licitação:

- empresas sob processo de falência ou concordata;
- empresas reunidas sob a forma de consórcio ou quaisquer outras modalidades de associação;
- empresas que, na data designada para a apresentação da documentação e das propostas, estejam suspensas de participar de licitações e/ou impedidas de contratar com a Administração, ou tenham sido declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública, não tendo sido ainda reabilitadas.
- A empresa licitante com cadastramento vencido no Sistema de Cadastro de Fornecedores da Câmara Municipal poderá habilitar-se mediante comprovação de regularidade perante a Fazenda Nacional, a Seguridade Social e o FGTS e apresentação dos demais documentos exigidos no item 5 deste Edital.
- Empresa não-cadastrada que tenha interesse em participar do processo licitatório em epígrafe poderá efetuar seu cadastramento CRC em até 03 dias antes da data de aberturas dos envelopes. Ou apresentar toda a documentação exigida na data da licitação. Os documentos exigidos para o cadastramento estão dispostos nos artigos 27 a 31 da Lei 8.666/93. Documentos: Contrato Social, Cartão de CNPJ, CNDs: Federal, estadual, municipal, trabalhista, CRF Caixa, declaração que não emprega menores, Balanço patrimonial, atestado de capacidade técnica,
- Toda e qualquer documentação emitida pela empresa deverá ser datada e assinada por seus(s) representante(s) legal(is), devidamente qualificado(s) e comprovado(s).

3.6. - Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, cópia autenticada em cartório competente, por publicação em órgão da imprensa oficial ou por cópias, desde que sejam apresentados os originais no ato de abertura dos envelopes nº1, para autenticação pela Comissão Especial de Licitação.

4. REPRESENTANTE DA LICITANTE

Caso a Licitante deseje participar das Sessões Públicas previstas nesse Edital, deverá através de prepostos, apresentar procuração ou carta de credenciamento com firma reconhecida, nomeando representante que se apresentará, munido de documento de identidade de fé pública, ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

O representante mencionado no item precedente somente poderá praticar os atos para os quais lhe hajam sido outorgados poderes específicos na procuração ou carta de credenciamento.

No caso de estar presente o representante legal da licitante, será suficiente a apresentação de documento de identidade de fé pública.

A não apresentação do(s) documento(s) de representação, do representante mencionado no subitem 3.1, não será motivo de impedimento para o recebimento dos invólucros da licitante, nesta licitação. Porém, será motivo de impedimento para a prática de qualquer ato formal na Sessão Pública.

Se, nas fases subsequentes à entrega dos invólucros, o representante da licitante for substituído terá, obrigatoriamente, de apresentar nova carta de credenciamento e documento de identidade de fé pública.



CAMARA MUNICIPAL DE CORREGO FUNDO

Estado de Minas Gerais

Rua Galeno Silva, nº 146– Centro – CEP 35.578-000 Tel: (037) 3322-

0177

5. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES DE PROPOSTAS DE PREÇOS

No local, data e horário indicados nos itens **2.1.1**, **2.1.2** e **2.1.3**, cada licitante deverá apresentar à **CPL** Documentação e Proposta em invólucros fechados, contendo na parte externa, além do nome da licitante, os seguintes dizeres:

CÂMARA MUNICIPAL DE CÓRREGO FUNDO ENVELOPE Nº 01 – HABILITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 11/2021 TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2021 DATA E HORA – RAZÃO SOCIAL
CÂMARA MUNICIPAL DE CÓRREGO FUNDO ENVELOPE Nº 02 – PROPOSTA DE PREÇOS PROCESSO LICITATÓRIO Nº 11/2021 TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2021 DATA E HORA – RAZÃO SOCIAL

Após a Presidente da **CPL** declarar encerrado o prazo para recebimento da Documentação e da(s) Proposta(s), nenhum, nem serão permitidos quaisquer adendos, acréscimos ou esclarecimentos, relativos à Documentação e às Propostas, ressalvado o disposto no § 3º, do artigo 43 da Lei nº8.666/93 e no subitem 5.2 do Edital.

As Empresas não cadastradas na **CÂMARA MUNICIPAL DE CÓRREGO FUNDO**, somente poderão participar se cumprir em todas as condições exigidas para cadastramento, até o terceiro dia anterior à data marcada para recebimento das propostas, nos termos do parágrafo .2º, do Art. 22, da lei nº8.666/93, caso as empresas que não fizerem o cadastramento até o prazo estipulado e tiver interesse em participar do certame, deverão as mesmas apresentar toda a documentação elencada no holl de documentos de habilitação para participação.

6. DO ENVELOPE Nº01 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

O invólucro nº1 – Documentação deverá conter:

- Prova de Capital Social ou de Patrimônio Líquido mínimo no valor de 10 % do serviço;
- Contrato Social e alterações;
- Prova de inscrição no Cadastro Nacional Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF), dentro do prazo de validade;
- Prova de regularidade relativa à Seguridade Social - CND/INSS, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, dentro do prazo de validade;
- Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço -FGTS, expedida pela Caixa Econômica Federal, demonstrando situação regular no



CAMARA MUNICIPAL DE CORREGO FUNDO

Estado de Minas Gerais

Rua Galeno Silva, nº 146– Centro – CEP 35.578-000 Tel: (037) 3322-

0177

cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, dentro do prazo de validade;

-Certidões válidas de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal, do domicílio ou sede da licitante. No caso de o licitante não ser contribuinte do ICMS ou ISS, deverá declarar por escrito essa condição, sob as penas da lei.

-Certidão de Regularidade Fiscal do TRT (trabalhista);

Certificado de Registro Cadastral (CRC), emitido pela Câmara Municipal de Corrego Fundo, os mesmos deverão ser apresentados dentro da validade.

A licitante é obrigada a declarar, sob as penalidades cabíveis, a inexistência de fato superveniente impeditivo à habilitação após o cadastramento, conforme modelo constante do **ANEXO V**.

Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

Atestados de capacidade técnica, expedidos por Órgãos Públicos ou Empresas Privadas, devidamente registrados no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura - CREA, acompanhados de suas respectivas Certidões de Acervo Técnico que, na condição de cliente final, comprovem a execução satisfatória, pela(s) licitante(s) de obras com características semelhantes, limitadas estas às parcelas de maior relevância da planilha orçamentária de custos sendo as mesmas de maior valor significativo do objeto;

Comprovante de registro da empresa, com indicação do objeto social compatível com a presente licitação, contendo o registro dos responsáveis técnicos no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA), do responsável técnico, comprovado através de Certidão de Registro do licitante ou fornecedor.

A empresa que possuir Certificado de Registro no Conselho de Engenharia e Arquitetura - CREA, em outra Regional que não seja o local dos serviços (MG) deverá apresentar este documento devidamente averbado no CREA da região de Minas Gerais.

Declaração em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição e na Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que acrescentou o Inciso V do Art. 27 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, conforme modelo constante do **ANEXO VI**.

Comprovação da existência em quadro permanente da licitante, na data da licitação, de engenheiro civil ou arquiteto, detentor (es) de atestado(s) de responsabilidade técnica, devidamente registrado(s) no CREA da região onde os serviços foram executados, acompanhados(s) da(s) respectiva(s) certidão(ões) de Acervo Técnico — CAT, expedidas por estes Conselhos, que comprove(m) ter o(s) profissional(is), executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresa privada, obras de características técnicas similares.

- O(s) atestado(s) e/ou certidão(ões) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, somente será(ão) aceito(s) com a(s) respectiva(s) certidão(ões) do CREA, não sendo aceitas certificações através de carimbos.



CAMARA MUNICIPAL DE CORREGO FUNDO

Estado de Minas Gerais

Rua Galeno Silva, nº 146– Centro – CEP 35.578-000 Tel: (037) 3322-

0177

- É facultativa a VISITA TÉCNICA dos licitantes ao local da obra. Caso os licitantes optem pela visita técnica, será fornecido o Termo de Visita Técnica, documento a ser apresentado junto à “Declaração de Visita Técnica - Facultativa”.
- A finalidade da visita é a complementação de informações com o objetivo de sanar possíveis dúvidas de interpretação do projeto e o conhecimento das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.
- Tanto a “Declaração de Visita Técnica - Facultativa”, prevista no Anexo do Edital, quanto a “Declaração de Não Visita Técnica”, também prevista no Anexo do Edital, são documentos obrigatórios e indispensáveis a ser apresentados junto à “Documentação de Habilitação”.
- O licitante que desejar, deverá nomear um representante devidamente qualificado para este fim, por meio de documento, com autorização para realizar a visita técnica em companhia de servidor do Município, que será realizada na data e horário agendada pelo licitante.
- Alegações posteriores relacionadas com o desconhecimento do objeto licitado não serão consideradas para reclamações futuras, ou de forma a desobrigar a sua execução.

Balanco patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa licitante, por meio do cálculo dos índices contábeis abaixo previstos, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, devendo apresentar separadamente os seguintes elementos:

- a) AtivoCirculante;
- b) AtivoTotal;
- c) RealizávelLongoPrazo;
- d) PassivoCirculante;
- e) ExigívelLongoPrazo.

- Índice de Liquidez Corrente – ILC – igual ou superior a

$$1,0 ILC = \frac{AC}{PC}$$

Onde:

AC = Ativo Circulante
PC = Passivo Circulante

- Índice de Liquidez Geral – ILG – igual ou superior a

$$1,0 ILC = \frac{AC + RLP}{PC + ELP}$$

Onde:

AC = Ativo Circulante
RLP = Realizável a Longo Prazo
PC = Passivo Circulante
ELP = Exigível Longo Prazo

- Índice de Endividamento Geral – IEG – igual ou inferior a

$$0,50 IEG = \frac{PC + ELP}{AC + RLP}$$



CAMARA MUNICIPAL DE CORREGO FUNDO

Estado de Minas Gerais

Rua Galeno Silva, nº 146– Centro – CEP 35.578-000 Tel: (037) 3322-

0177

AT

Onde:

PC=Passivo Circulante

ELP = Exigível a Longo

PrazoAT=AtivoTotal

Os documentos acima exigidos poderão ser apresentados em original ou por cópias reprográficas autenticadas por Cartório competente ou publicação em órgão da imprensa oficial, ou ainda acompanhadas dos respectivos originais, para confrontação e verificação de sua validade e autenticidade pela **CPL** da **CÂMARA MUNICIPAL DE CÓRREGO FUNDO**;

Para as certidões que não apresentarem prazo de validade declarado, será considerado o prazo de 90 (noventa) dias à partir de sua data de emissão.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CÓRREGO FUNDO se reserva o direito de, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, inclusive para verificar se os signatários das Propostas detêm a representação das empresas licitantes, ou mandato para em seu nome constituir obrigações, bem como, verificar a exeqüibilidade dos preços propostos, em observância ao que estabelece o Inciso II do Artigo 48 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações

Exame da Documentação

Abertos o ENVELOPE nº 1, os documentos serão examinados e, em seguida, rubricados pelos participantes presentes e pela **CPL**, e franqueados para exame e manifestação.

Julgamento da Documentação

Serão consideradas inabilitadas as licitantes que:

- a) Deixarem de apresentar a Documentação solicitada ou apresentarem-na com vícios;
- b) Não atenderem a qualquer dos requisitos exigidos para a habilitação;

As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição (Conforme Art. 43 da Lei Complementar nº. 123, de 14/12/2006).

§ 1º Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

§ 2º A não-regularização da documentação, no prazo previsto no § 1º desta cláusula, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no [art.81daLeino8.666,de21dejunhode1993](#), sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato,



CAMARA MUNICIPAL DE CORREGO FUNDO

Estado de Minas Gerais

Rua Galeno Silva, nº 146– Centro – CEP 35.578-000 Tel: (037) 3322-

0177

ou revogar a licitação.

A **CPL** comunicará o resultado desta fase às licitantes na mesma ou em outra Sessão convocada para tal fim, oportunidade em que franqueará a Documentação para exame, podendo, a seu exclusivo critério, proceder à convocação por e-mail ou carta com aviso de recebimento.

Serão restituídos, contra recibo, às licitantes que não lograrem habilitação, os respectivos invólucros nº 2 - Proposta, fechados, tais como recebidos, desde que não tenha havido recursos, ou após sua denegação.

7. DO ENVELOPE Nº02–PROPOSTA DE PREÇOS

7.1.1 Proposta, em 1 (uma) via, datilografada ou digitada, datada, assinada, rubricada em todas as folhas, isenta de emendas, rasuras, ressalvas ou entrelinhas.

O Envelope nº 02 deverá conter: Nome da empresa, endereço completo e CNPJ/MF, Número da Tomada de Preço.

Valor global estimado da proposta: R\$ 1.053.730,99 (um milhão, cinquenta e três mil, setecentos e trinta reais e noventa e nove centavos centavos). Não serão aceitas propostas com mais de duas casas decimais.

7.1.2. – Os valores que compõem a planilha orçamentária dos licitantes, poderão ter variação em seu preço unitário devendo os mesmos ser estimados aos da planilha constante do edital.

- Demonstração do preço proposto, em conformidade com o modelo constante do Anexo IV que integra o presente edital.

- A validade da proposta de preço será de 60 (sessenta) dias a contar do último Dia previsto para entrega do envelope “Proposta de Preços”.

As composições analíticas dos preço(s) global(is), preço(s) unitário(s), BDI (com todos os itens detalhadamente descritos), e encargos sociais, para execução dos serviços objeto da Tomada de Preços, observada a Especificação do anexo I da proposta.

— Tributos de natureza personalística, como IRPJ e CSSL, não são admitidos na composição do BDI. Quando apresentados na composição detalhada devem ser excluídos. A composição do BDI, deverá ser com desoneração, uma vez que a planilha orçamentária da obra, foi orçada de acordo com a planilha SINAP com desoneração.

Também deve ser apresentado detalhamento do BDI, admitindo-se em sua composição os seguintes itens: Administração Central, Seguro e Garantia, Risco, Despesas Financeiras, Lucro, Tributos (PIS, COFINS, ISS).



CAMARA MUNICIPAL DE CORREGO FUNDO

Estado de Minas Gerais

Rua Galeno Silva, nº 146– Centro – CEP 35.578-000 Tel: (037) 3322-

0177

$$BDI = \frac{(1 + AC + S + R + G)(1 + DF)(1 + L)}{(1 - I)} - 1$$

Onde:

AC: taxa de administração central; S: taxa de seguros;

R: taxa de riscos;

G: taxa de garantias;

DF: taxa de despesas financeiras;

L: taxa de lucro/remuneração;

I: taxa de incidência de impostos (PIS, COFINS, ISS).

Para o ISS, deverá ser definido pelo Tomador, e enviado para a CAIXA, através de declaração informativa, conforme legislação tributária municipal, a base de cálculo e, sobre esta, a respectiva alíquota do ISS, que será um percentual entre 2% e 5%.

Detalhamento por tipo de obra:

“Construção de Edifícios”:

PARCELA DO BDI	1Quartil	Médio	3Quartil
Administração Central	3,00%	4,00%	5,50%
Seguro e Garantia	0,80%	0,80%	1,00%
Risco	0,97%	1,27%	1,27%
Despesas Financeiras	0,59%	1,23%	1,39%
Lucro	6,16%	7,40%	8,96%
PIS, COFINS e ISSQN	Conforme legislação específica		

- O **BDI** além de vir indicado na planilha qual o percentual adotado, deverá vir também detalhado, conforme tabela acima, ou seja além da empresa indicar na planilha o **BDI**, deve também enviar o detalhamento dele nos itens.

- Os preços serão irrevogáveis e deverão ser cotados em reais.

- Serão desclassificadas as propostas que:

a) Não atenderem às exigências deste Edital;

b) Apresentarem preços excessivos ou manifestamente inexequíveis, sendo assim consideradas aquelas cujos valores sejam inferiores a 70% do menor valor dentro da média aritmética de valores.

- Anexar declaração informando o prazo da garantia técnica, não inferior a 05 (cinco) anos



CAMARA MUNICIPAL DE CORREGO FUNDO

Estado de Minas Gerais

Rua Galeno Silva, nº 146– Centro – CEP 35.578-000 Tel: (037) 3322-

0177

Declaração de que, no preço cotado, estão incluídas as despesas com tributos, mão-de-obra, alimentação, transporte, utilização de equipamentos, ferramentas, instrumentos e materiais necessários à execução dos serviços objeto da licitação, encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais, prêmios de seguro e outras despesas de quaisquer natureza que se fizerem indispensáveis à perfeita execução do objeto da Tomada de Preços;

O prazo de entrega da obra está estimado em 06 (seis) meses.

As propostas de valores para execução dos serviços, objeto deste edital, devem prever todas as necessidades, sejam de mão-de-obra, equipamentos ou serviços, para atendimento às determinações do escopo do objeto. A planilha de preços, apresentada pela Câmara Municipal de Corrego Fundo, compreende somente uma referência, podendo ser modificada (com incremento ou alterações de serviços e valores) para representar de forma abrangente o valor financeiro real para execução do objeto.

-Data, assinatura e identificação do representante legal.

Abertura das Propostas

A **CPL** processará a abertura dos ENVELOPES nº 2 - Proposta das licitantes habilitadas, desde que tenha havido renúncia expressa e unânime do direito de recorrer, ou se, findo o prazo legal, não tenha havido interposição de recurso ou, ainda, após o julgamento de eventuais recursos interpostos.

Abertos os ENVELOPES, as Propostas serão lidas em voz alta e rubricadas pela **CPL**, sendo, em seguida, também rubricadas pelos participantes presentes, oportunidade em que as mesmas serão franqueadas para exame e manifestação.

Julgamento das Propostas

Serão desclassificadas Propostas que:

Não atenda às exigências do Edital ou imponham condições;

Sejam omissas, genéricas, ou apresentem irregularidades ou defeitos capazes de comprometer a objetividade do julgamento, bem como, aquelas que apresentem em mais de duas casas decimais;

Contenham preço **acima dos valores definidos na cláusula 7.1.2.1** ou manifestamente inexequível, devendo ser observado o mencionado no subitem 6.2, quando necessário.

Não se considerará qualquer oferta ou vantagem não prevista no Edital e anexos, nem preço, ou vantagem baseada nas ofertas das demais licitantes.

Atendidas as exigências do Edital, a **CPL** classificará as Propostas e registrará, em ordem crescente, o(s) menor(es) preço(s) global(ais).



CAMARA MUNICIPAL DE CORREGO FUNDO

Estado de Minas Gerais

Rua Galeno Silva, nº 146– Centro – CEP 35.578-000 Tel: (037) 3322-

0177

Em caso de empate entre Propostas, será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte (Conforme Art.44 da Lei Complementar da Lei nº123, de 14/12/2006).

§ Único: Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

7.3.5-Para efeito do disposto na cláusula 6.3.4 deste edital, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma (Conforme Art. 45 da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006):

I –a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudica do em seu favor o objeto licitado;

II – não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I do caput desta cláusula, serão convocadas as remanescentes, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

III – no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

§ 1ºNa hipótese da não-contratação nos termos previstos no caput desta cláusula, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

§ 2ºO disposto nesta cláusula somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

A CPL julgará pelo menor preço global.

A fim de assessorar a **CPL** no julgamento das propostas, poderão ser designados técnicos de livre escolha da **CÂMARA MUNICIPAL DE CÓRREGO FUNDO**.

A **CPL** comunicará o resultado às licitantes, na mesma ou em outra Sessão convocada para tal fim, oportunidade em que franqueará as Propostas para exame, se solicitado, podendo, a seu exclusivo critério, fazer a comunicação por telex, fax, e-mail ou carta com aviso de recebimento.

8. DA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS/CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

A empresa terá 05 dias a contar do recebimento da ordem de serviços para dar início às atividades de realização do serviço, com o prazo de conclusão previsto para 06 (seis) meses.



CAMARA MUNICIPAL DE CORREGO FUNDO

Estado de Minas Gerais

Rua Galeno Silva, nº 146– Centro – CEP 35.578-000 Tel: (037) 3322-

0177

O Pagamento será efetuado da seguinte maneira: 1ª medição: 30 dias após início dos serviços; 2ª medição: 60 dias após o início dos serviços; 3ª medição: 90 dias após o início dos serviços; 4ª medição: 120 dias após o início dos serviços; 5ª medição: 150 dias após início dos serviços; 6ª medição: mediante, entrega e aceitação dos serviços pela Câmara Municipal de Corrego Fundo, depois da apresentação da Nota Fiscal, recebida e aceita pela Câmara. Caso os serviços sejam entregues e aceitos em menos de 180 dias, será pago o seu valor total. As medições serão feitas sobre os serviços efetivamente concluídos, não se admitindo projeções.

–A empresa deverá observar o cronograma físico-financeiro das obras.

8.3- A Nota Fiscal, correspondente, **deverá constar o número do procedimento licitatório** e ser entregue pela licitante vencedora, diretamente ao representante da Câmara Municipal de Corrego Fundo, que somente atestará a execução dos serviços e liberará a referida Nota Fiscal para pagamento, quando cumpridas, pela licitante vencedora, todas as condições pactuadas.

8.4- Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à licitante vencedora, pelo representante da Câmara Municipal de Corrego Fundo e o pagamento ficará pendente até que a empresa providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a Câmara Municipal de Corrego Fundo.

8.5– Em hipótese alguma haverá pagamento antecipado.

9. DAS PENALIDADES

Ocorrendo inadimplemento, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificados e aceitos pela **CÂMARA MUNICIPAL DE CORREGO FUNDO**, poderão ser aplicadas à **CONTRATADA**, garantida prévia defesa, as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa de até 2% (dois por cento) sobre o valor total do Contrato, por descumprimento de qualquer **CLÁUSULA** contratual;

c) suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a **CÂMARA MUNICIPAL DE CORREGO FUNDO**, por prazo não superior a 02(dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Federal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da sanção, ou até que seja promovida a reabilitação;



CAMARA MUNICIPAL DE CORREGO FUNDO

Estado de Minas Gerais

Rua Galeno Silva, nº 146– Centro – CEP 35.578-000 Tel: (037) 3322-

0177

10. DOS RECURSOS

Das decisões da **CPL**, nas fases de habilitação e de julgamento das Propostas, caberá recurso por escrito, no prazo de **5**(cinco) dias úteis contados da intimação do ato.

Os recursos interpostos terão efeito suspensivo e serão dirigidos ao Presidente da CPL através da autoridade que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, ou, em caso contrário, os fará subir, devidamente instruídos, ao Presidente da Câmara, que deverá proferir sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento.

Os recursos deverão ser entregues, contra recibo, na Comissão Permanente de Licitações - **CPL** da **CÂMARA MUNICIPAL DE CÓRREGO FUNDO**, na Rua Galeno Silva, 146, Centro–Córrego Fundo–MG.

O recurso, quando interposto, será comunicado às demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data do recebimento da intimação, que se dará por e-mail ou carta com aviso de recebimento.

Na contagem dos prazos se excluirão dia de início e se incluirá o do vencimento. Os prazos só iniciam ou terminam em dias de expediente na **CÂMARA MUNICIPAL DE CÓRREGO FUNDO**.

Quando ocorrer recurso na fase de habilitação, os invólucros nº **2** (PROPOSTA), ficarão mantidos em poder da **CPL**, devidamente lacrados e rubricados pelos membros da **CPL** e Representantes das Licitantes, salvo quando algum Representante renunciar a este direito, fato este que será devidamente registrado na Ata.

11. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas resultantes desta licitação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias: N°01.031.0109.1001.4.4.90.51.00/15

12. DA FISCALIZAÇÃO

- Todos os serviços objeto desta licitação serão fiscalizados por servidores da Câmara Municipal de Córrego Fundo, sendo designado como fiscal da obra o engenheiro Washington Alair da Silva, portador (a) de CPF nº 091.998.546-78, inscrito no CREA sob o nº MG 160411D, devidamente designado para esse fim, com autoridade para exercer em nome da Câmara toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização.

- A Fiscalização poderá determinar o ônus da empresa licitante vencedora, a substituição dos equipamentos, serviços e materiais julgados deficientes ou não-conformes com as especificações definidas em projeto, cabendo à licitante vencedora providenciar a troca dos mesmos no prazo máximo definido pela fiscalização, sem direito à extensão do prazo final de execução dos serviços.



CAMARA MUNICIPAL DE CORREGO FUNDO

Estado de Minas Gerais

Rua Galeno Silva, nº 146– Centro – CEP 35.578-000 Tel: (037) 3322-

0177

- A licitante vencedora só poderá iniciar a obra após assinatura do respectivo Contrato, conforme minuta apresentada no Anexo deste Edital.
- Compete à fiscalização da obra pela equipe designada pela Câmara, entre Outras atribuições:
 - Verificar a conformidade da execução dos serviços as especificações técnicas, memoriais descritivos, plantas e planilhas orçamentárias e adequação dos procedimentos e materiais empregados à qualidade desejada para os serviços.
 - Ordenar a licitante vencedora corrigir, refazer ou reconstruir as partes dos serviços executados com erros, imperfeições ou em desacordo com as especificações.
 - Manter organizado e atualizado o Livro Diário, assinado por técnico da licitante vencedora e por servidor designado pela Câmara para efetuar a fiscalização, onde a referida licitante vencedora registre, em cada visita:
 - As atividades desenvolvidas;
 - As ocorrências ou observações descritas de forma analítica.
 - Encaminhar à Câmara o documento no qual relacione as ocorrências que impliquem em multas a serem aplicadas à licitante vencedora.
 - A ação da fiscalização não exonera a licitante vencedora de suas Responsabilidades contratuais.
 - Em caso de dúvidas quanto à interpretação das especificações constantes do Memorial Descritivo e do Projeto Executivo será sempre consultada a Fiscalização, sendo desta o parecer definitivo. A decisão tomada pela Fiscalização deverá ser comunicada à empresa licitante vencedora obrigatoriamente de forma escrita e oficial.
 - Na fiscalização serão ainda observadas as demais condições relacionadas na Minuta de Contrato.

13. DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA

- Executar os serviços de acordo com as especificações e prazos determinados no Projeto Executivo, como também de acordo com o cronograma físico-financeiro. Caso esta obrigação não seja cumprida dentro do prazo, a licitante vencedora ficará sujeita à mesma multa estabelecida no contrato.
- Manter a equipe executora dos serviços convenientemente uniformizada e com identificação.
- Propiciar o acesso da fiscalização da Câmara aos locais onde serão realizados os serviços, para verificação do efetivo cumprimento das condições pactuadas.
- A atuação da comissão fiscalizadora da Câmara não exime a licitante vencedora de sua total e exclusiva responsabilidade sobre a qualidade e conformidade dos serviços executados.
- Empregar boa técnica na execução dos serviços, com materiais de primeira qualidade, de acordo com o previsto no Projeto Executivo (plantas, memoriais descritivos, caderno de especificações técnicas e planilhas orçamentárias).
- Prestar manutenção da construção, durante o período de garantia, da seguinte forma:



CAMARA MUNICIPAL DE CORREGO FUNDO

Estado de Minas Gerais

Rua Galeno Silva, nº 146– Centro – CEP 35.578-000 Tel: (037) 3322-

0177

- Iniciar o atendimento em no máximo 1 (um) dia útil, contados da comunicação do(s) defeito(s) pela Câmara.
- Concluir os serviços de manutenção no prazo máximo determinado pela Câmara.
- Caso o atendimento do chamado e/ou a conclusão dos serviços de manutenção não sejam realizados dentro do prazo, a licitante vencedora ficará sujeita à multa estabelecida no contrato.
- Visando à administração da obra, manter 01 (um) engenheiro residente e 01 (um) encarregado geral em período integral.
 - Executar todos os serviços complementares julgados necessários para que o local tenha condições de uso satisfatório.
- Corrigir e/ou refazer os serviços e substituir os materiais não aprovados pela fiscalização da Câmara, caso os mesmos não atendam às especificações constantes no Projeto Executivo.
- Fornecer, além dos materiais especificados e mão-de-obra especializada, todas as ferramentas necessárias, ficando responsável por seu transporte e guarda.
- Fornecer aos seus funcionários uniformes e equipamentos de proteção individual (EPI's) e coletiva adequados à execução dos serviços e de acordo com as normas de segurança vigentes.
- Responsabilizar-se por quaisquer danos ao patrimônio da Câmara e de terceiros, causados por seus funcionários em virtude da execução dos serviços.
 - Executar limpeza geral, ao final da execução dos serviços da construção, Devendo o espaço ser entregue limpo e em perfeitas condições de ocupação e uso.
- Empregar, na execução dos serviços, apenas materiais de primeira qualidade, que obedeçam às especificações, sob pena de impugnação destes pela fiscalização da Câmara.
- Obedecer sempre às recomendações dos fabricantes e das normas técnicas vigentes na aplicação dos materiais industrializados e dos de emprego especial, pois caberá à licitante vencedora, em qualquer caso, a responsabilidade técnica e os ônus decorrentes de sua má aplicação.
- Proceder à substituição, em até 24 horas a partir da comunicação, de materiais, ferramentas ou equipamentos julgados pela Fiscalização da Câmara como inadequados à execução dos serviços.
- Entregar o local objeto desta licitação limpo, sem instalações provisórias e livres de entulho ou quaisquer outros elementos que possam impedir a utilização imediata das unidades. Concluído o objeto contratado, deverá a licitante vencedora comunicar ofato, por escrito, à Fiscalização da Câmara, para que se possa proceder à vistoria da obra com vistas à sua aceitação provisória. Todas as superfícies deverão estar impecavelmente limpas.
 - Recuperar áreas ou bens não incluídos no seu trabalho e deixá-lo sem seu Estado original, caso venha, como resultado de suas operações a danificá-los.
- Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem de vidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não têm nenhum vínculo empregatício com a Câmara.
- Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar à Câmara ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus



CAMARA MUNICIPAL DE CORREGO FUNDO

Estado de Minas Gerais

Rua Galeno Silva, nº 146– Centro – CEP 35.578-000 Tel: (037) 3322-

0177

prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

- Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação para execução exigidas na licitação.

-Outras obrigações constantes da minuta de contrato-Anexol deste Edital.

-A Câmara não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da licitante vencedora para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.

– Mesmo os serviços sub-contratados pela licitante vencedora serão de sua inteira responsabilidade, cabendo à mesma o direito de ação de regresso perante a empresa contratada para ressarcimento do dano causado.

14. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

-A Câmara, após a assinatura do contrato, compromete-se a:

-Permitir que os funcionários da licitante vencedora possam ter acesso aos locais de execução dos serviços.

-Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato por um representante especialmente designado, nos termos do art.67 da Lei n.º8.666/93.

-Notificar por escrito à licitante vencedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução dos serviços,fixando prazo para a sua correção.

- Acompanhar e fiscalizar os serviços, efetuando as medições e pagamentos nas condições e preços pactuados.

-Promover os pagamentos dentro do prazo estipulado para tal.

-Fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado,desde que atendidas as obrigações contratuais.

–Procedera o recebimento provisório e,não havendo mais pendências,ao recebimento definitivo da obra, mediante vistoria detalhada realizada pela Comissão de Fiscalização designada pela Câmara, nos termos da lei 8.666/93 em seu artigo 73,inciso I.

14.1.7 - Outras obrigações definidas na minuta de contrato constante do Anexo I deste Edital.

15. DA HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO

- Após a divulgação do resultado de julgamento das propostas e decorrido o prazo recursal previsto em lei, a presente licitação será adjudicada à empresa vencedora do certame, após homologação pela autoridade competente.

16. DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

- A quantidade inicialmente contratada poderá ser acrescida ou suprimida dentro dos limites previstos no parágrafo primeiro do artigo 65 da Lei nº 8.666/93, podendo a supressão exceder tal limite nos termos do parágrafo segundo, inciso II do mesmo artigo.

17. DISPOSIÇÕES FINAIS



CAMARA MUNICIPAL DE CORREGO FUNDO

Estado de Minas Gerais

Rua Galeno Silva, nº 146– Centro – CEP 35.578-000 Tel: (037) 3322-

0177

A **CÂMARA MUNICIPAL DE CÓRREGO FUNDO** reserva-se o direito de, a todo e qualquer momento, desistir, revogar, adiar ou mesmo anular, total ou parcialmente, esta licitação, ressalvado o disposto no art. 49 da Lei nº 8.666/93.

A desistência ou a recusa injustificada da licitante vencedora em assinar o Contrato dentro do prazo estabelecido pela **CÂMARA MUNICIPAL DE CÓRREGO FUNDO**, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades aludidas na **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA** da minuta do Contrato, parte integrante deste Edital.

O Contrato a ser firmado com a vencedora obedecerá à forma do **ANEXO I**, parte integrante deste Edital.

A empresa licitante a ser contratada após o processo licitatório, somente terá o direito de pleitear aditivos de valores, em caso de alteração do escopo do objeto por parte da contratante ou ocorrência de situações adversas às especificadas em contrato. Todo e qualquer serviço ou aquisição de insumos que representem situação adversa gerando aditivo de valor devem ser previamente aprovados pela equipe técnica e autorizada pela administração da Câmara Municipal, antes da realização do mesmo.

Homologado o resultado e adjudicado o objeto da licitação, a vencedora terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação da **CÂMARA MUNICIPAL DE CÓRREGO FUNDO**, para assinar o Contrato.

Os anexos, que farão parte integrante do Contrato, serão rubricados pela licitante que for **CONTRATADA** e pela Assessoria Jurídica da **CÂMARA MUNICIPAL DE CÓRREGO FUNDO**.

A licitante é responsável pela fidelidade, legitimidade e autenticidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

A licitação e os atos dela resultantes serão regidos pelas disposições legais e regulamentares vigentes e, pelas normas e condições estabelecidas no Edital e Anexos.

Das Sessões realizadas pela **CPL** serão lavradas atas circunstanciadas, que registrarão os fatos mais importantes ocorridos, com as convocações, eventuais reclamações e impugnações, sendo as referidas atas assinadas pelos participantes presentes e pela **CPL**. Nos casos de renúncia, unânime do direito de recorrer, será obrigatória a assinatura de todos os participantes, a fim de gerar a eficácia da preclusão do ato.

As dúvidas, decorrentes da interpretação do Edital e anexos, serão dirimidas, por escrito, pelo Presidente da **CPL**, mediante requerimento das empresas interessadas, enviado pelo email cmcfundo@gmail.com.br, ou entregue contra recibo à **CPL**, na **CÂMARA MUNICIPAL DE CÓRREGO FUNDO**, na Rua Galeno Silva, 146, centro Corrego Fundo, até 05 (cinco) dias úteis antes da data marcada para a entrega da documentação e das



CAMARA MUNICIPAL DE CORREGO FUNDO

Estado de Minas Gerais

Rua Galeno Silva, nº 146– Centro – CEP 35.578-000 Tel: (037) 3322-
0122

propostas, sob pena de ficarem sujeitas à exclusiva interpretação da **CPL**, por ocasião do julgamento.

As solicitações de esclarecimentos, e as respostas respectivas, trocadas com qualquer firma interessada, sempre por escrito, serão transmitidos, também por escrito, às demais empresas que hajam retirado este EDITAL.

Córrego Fundo – MG, 03 de novembro de 2021

Cássio Henrique de Faria

Presidente da Câmara

Wagner de Faria

Presidente CPL



CAMARA MUNICIPAL DE CORREGO FUNDO

Estado de Minas Gerais

Rua Galeno Silva, nº 146– Centro – CEP 35.578-000 Tel: (037) 3322-9122

E-mail: cmcfundo@gmail.com – CNPJ 02.347.381/0001-05

ANEXO II

PLANILHA DE CUSTOS CD

Ver planilha orçamentária





ANEXO IV

MODELO DE PROPOSTA

A CÂMARA MUNICIPAL DE CÓRREGO FUNDO

Ref.: TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2021

Apresentamos nossa proposta em 1 (uma) via, para Contratação de empresa de engenharia para a prestação de serviços de construção da sede da Câmara Municipal de Córrego Fundo como segue:

NOTAS:

1) Indicar o preço global e a composição analítica da planilha de preços unitários, BDI e encargos sociais para execução dos serviços objeto da Tomada de Preços, observadas a Especificação dos Serviços (ANEXO I) e demais anexos do Edital, lembrando que: **a composição do BDI, deverá ser com desoneração, uma vez que a planilha orçamentária da obra, foi orçada de acordo com a planilha do SINAP, com desoneração.**

2) Indicar o prazo de validade da proposta em dias consecutivos, a contar da data de abertura da licitação. (Obs.: não inferior a 60 dias consecutivos);

3) Informar o prazo de conclusão dos serviços não superior a 06 (seis) meses.

4) Anexar declaração informando o prazo da garantia técnica, não inferior a 05 (cinco) anos;

5) Anexar declaração de que no preço global cotado estão incluídas as despesas com tributos, mão-de-obra, alimentação, transporte, utilização de equipamentos e ferramentas, instrumentos e materiais necessários à execução dos serviços objeto da licitação, encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais, prêmios de seguro e outras despesas de quaisquer natureza que se fizerem indispensáveis à perfeita execução dos serviços objeto desta Licitação;

6) Indicar o CNPJ, nº da conta corrente, banco, agência, praça, para fins de pagamento);

7)(outras informações julgadas necessárias pela firma).

carimbo e assinatura



CAMARA MUNICIPAL DE CORREGO FUNDO

Estado de Minas Gerais

Rua Galeno Silva, nº 146– Centro – CEP 35.578-000 Tel: (037) 3322-9122

E-mail: cmcfundo@gmail.com – CNPJ 02.347.381/0001-05

ANEXO V

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO
SUPERVENIENTE IMPEDITIVO À HABILITAÇÃO**

Declaro, sob as penas da lei, para fins de habilitação na Tomada de Preços nº **01/2021**, em cumprimento à exigência contida no artigo 32, parágrafo 2º da Lei nº 8.666/93, que a Empresa _____ da qual sou _____ (citar se é representante legal ou procurador), não apresenta fato superveniente impeditivo à sua habilitação, ocorrido após a emissão do Certificado de Registro Cadastral (CRC) apresentado na habilitação.

Local e data

Assinatura do representante legal ou procurador





CAMARA MUNICIPAL DE CORREGO FUNDO

Estado de Minas Gerais

Rua Galeno Silva, nº 146– Centro – CEP 35.578-000 Tel: (037) 3322-9122

E-mail: cmcfundo@gmail.com – CNPJ 02.347.381/0001-05

ANEXO VI

EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA

MODELO DE DECLARAÇÃO

Ref.: TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2021

_____ inscrito no CNPJ nº _____ por intermédio de seu Representante legal o(a) sr.(a) _____ portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____

Declara, para fins do disposto no inciso v do art. 27 da lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz (___) Sim (___) Não.

(data)

(representante legal)

(Observação: em caso afirmativo ou negativo, assinalar a ressalva acima).



CAMARA MUNICIPAL DE CORREGO FUNDO

Estado de Minas Gerais

Rua Galeno Silva, nº 146– Centro – CEP 35.578-000 Tel: (037) 3322-9122

E-mail: cmcfundo@gmail.com – CNPJ 02.347.381/0001-05

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE QUADRO SOCIETÁRIO

A empresa, CNPJ nº, sediada (endereço completo), referente ao Processo Licitatório 11/2021 – Tomada de Preços nº 01/2021, declara que não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista.





CAMARA MUNICIPAL DE CORREGO FUNDO

Estado de Minas Gerais

Rua Galeno Silva, nº 146– Centro – CEP 35.578-000 Tel: (037) 3322-9122

E-mail: cmcfundo@gmail.com – CNPJ 02.347.381/0001-05

ANEXO VIII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA - FACULTATIVA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 11/2021 TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2021

Eu..... (Representante Legal devidamente qualificado) da empresa, sediada à, telefone....., DECLARO, para os devidos fins, que visitei o local onde será executado o objeto da licitação, tendo tomado conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto do Processo Licitatório nº 11/2021, Tomada de Preços nº 01/2021, inclusive, das possíveis dificuldades que possam onerar futuramente nossa empresa na execução do mesmo.

DECLARO ainda que estou ciente de que o preço proposto pela empresa está de acordo com as exigências do edital e seus anexos, e assim, dentro desta proposta, assumimos o compromisso de honrar plenamente todas as exigências do instrumento convocatório referente ao Processo Licitatório nº 11/2021, Tomada de Preços nº 01/2021, sem quaisquer direitos a reclamações futuras, sob a alegação de quaisquer desconhecimentos quanto às particularidades do objeto.

DECLARO, também, estar ciente de que os quantitativos no orçamento apresentado utilizados na elaboração da proposta são de nossa inteira responsabilidade, não cabendo qualquer tipo de reclamação posterior por parte da empresa quanto a estes valores.

Data _____

Nome e assinatura do representante legal da licitante

* Declaração a ser emitida pela empresa licitante em papel que a identifique.





CAMARA MUNICIPAL DE CORREGO FUNDO

Estado de Minas Gerais

Rua Galeno Silva, nº 146– Centro – CEP 35.578-000 Tel: (037) 3322-9122

E-mail: cmcfundo@gmail.com – CNPJ 02.347.381/0001-05

ANEXO VIII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO VISITA TÉCNICA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 11/2021

TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2021

Eu..... (Representante Legal devidamente qualificado) da empresa, sediada à, telefone....., DECLARO, para os devidos fins, que NÃO visitei o local onde será executado o objeto da licitação, por opção própria, assumindo assim que CONCORDO com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, e que, ainda, assumo toda e qualquer responsabilidade pela ocorrência de eventuais prejuízos em virtude de sua omissão na verificação das condições do local de execução do objeto do Processo Licitatório nº 11/2021, Tomada de Preços nº 01/2021.

DECLARO ainda que estou ciente de que o preço proposto pela empresa está de acordo com as exigências do edital e seus anexos, e assim, dentro desta proposta, assumimos o compromisso de honrar plenamente todas as exigências do instrumento convocatório referente ao Processo Licitatório nº 11/2021, Tomada de Preços nº 01/2021 sem quaisquer direitos a reclamações futuras, sob a alegação de quaisquer desconhecimentos quanto às particularidades do objeto.

DECLARO, também, estar ciente de que os quantitativos no orçamento apresentado utilizados na elaboração da proposta são de nossa inteira responsabilidade, não cabendo qualquer tipo de reclamação posterior por parte da empresa quanto a estes valores.

Data _____

Nome e assinatura do representante legal da licitante

*Declaração a ser emitida pela empresa licitante em papel que a identifique.

Preenchimento obrigatório se não for realizada a visita técnica



CAMARA MUNICIPAL DE CORREGO FUNDO

Estado de Minas Gerais

Rua Galeno Silva, nº 146– Centro – CEP 35.578-000 Tel: (037) 3322-9122

E-mail: cmcfundo@gmail.com – CNPJ 02.347.381/0001-05

ANEXO X – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ME – EPP

Modelo de Declaração - ME / EPP

_____ (nome da empresa), estabelecida na _____
(rua; nº e cidade), neste ato representada por seu representante legal
_____ (nome do representante), _____
(nacionalidade), _____ (estado civil), RG nº _____ e
CPF nº _____, residente e domiciliado na _____ (rua; nº e
cidade), declara, sob as penas das Leis Cíveis e Penais, que a empresa acima
citada classifica-se como Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte -
EPP, perante a _____ (Receita Federal e/ou Secretaria da Fazenda
do Estado).



Data

Assinatura



CAMARA MUNICIPAL DE CORREGO FUNDO

Estado de Minas Gerais

Rua Galeno Silva, nº 146– Centro – CEP 35.578-000 Tel: (037) 3322-9122

E-mail: cmcfundo@gmail.com – CNPJ 02.347.381/0001-05

ANEXO XI –

MODELO DO TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO

OBJETIVO DO REQUISITO: Formalizar o recebimento provisório da obra

RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO: Fiscal/Gerente do Contrato

QUANDO PREENCHER: No processo Recebimento Provisório.

TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO

Contrato nº

Objeto:

Contratado:

Contratante:

Licitação:

Processo Licitatório:

Aos ___ dias de ___ de 202__ recebemos, em caráter provisório, a obra (DESCREVER OBJETO), no município de Córrego Fundo - MG, objeto do contrato ___/202__, firmado entre a Câmara Municipal de Córrego Fundo e a empresa DESCREVER CONTRATADO.

Após constatar que a obra citada acima qualificada foi executada de acordo com as condições contratuais, normas técnicas em vigor e em obediência aos projetos, especificações técnicas e demais elementos fornecidos pela contratante, e achando se concluída, expediu-se o presente TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO.

Segue, em anexo, o Relatório da Vistoria para Recebimento Provisório da Obra.

Córrego Fundo, ___ de _____ de 202__

Nome do Fiscal/Gestor Do Contrato

Formação

Crea/Cau

Matrícula



CAMARA MUNICIPAL DE CORREGO FUNDO

Estado de Minas Gerais

Rua Galeno Silva, nº 146– Centro – CEP 35.578-000 Tel: (037) 3322-9122

E-mail: cmcfundo@gmail.com – CNPJ 02.347.381/0001-05

De acordo: __/__/__

Nome do Responsável Técnico da Contratada
CREA

Ciente, em: __/__/__

Nome do Fiscal de Obras
Fiscal

Ciente, em: __/__/__

Diretor Técnico
Gerente





CAMARA MUNICIPAL DE CORREGO FUNDO

Estado de Minas Gerais

Rua Galeno Silva, nº 146– Centro – CEP 35.578-000 Tel: (037) 3322-9122

E-mail: cmcfundo@gmail.com – CNPJ 02.347.381/0001-05

ANEXO XII

MODELO DO TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

OBJETIVO DO REQUISITO: Formalizar o recebimento definitivo da obra

RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO: Presidente da Comissão de Recebimento Definitivo.

QUANDO PREENCHER: No processo Recebimento Definitivo.

TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

Aos ____ dias de _____ de 202__ recebemos, em caráter definitivo, a obra DESCRIVER OBJETO, da Câmara do município de Corrego Fundo MG, objeto do contrato ___/202__, firmado entre a Câmara do Corrego Fundo MG e a empresa DESCRIVER CONTRATADO.

Após constatar que a obra citada acima qualificada foi executada de acordo com as condições contratuais, normas técnicas em vigor e em obediência aos projetos, especificações técnicas e demais elementos fornecidos pela contratante, e achando se concluída, expediu-se o presente TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO, cessando nesta data, a responsabilidade direta da firma sobre a obra, exceto quanto ao disposto no art. 618 do Código Civil Brasileiro.

Segue, em anexo, o Relatório da Vistoria para Recebimento Definitivo da Obra.

Corrego Fundo MG, ____ de ____ de 202__

Presidente da Comissão
Cargo/função
Matrícula

Membro da Comissão
Cargo/função
Matrícula

Membro da Comissão
Cargo/função
Matrícula

Membro da Comissão
Cargo/função
Matrícula

De acordo: ___/___/___

Nome do Responsável Técnico da Contratada



CAMARA MUNICIPAL DE CORREGO FUNDO

Estado de Minas Gerais

Rua Galeno Silva, nº 146– Centro – CEP 35.578-000 Tel: (037) 3322-9122

E-mail: cmcfundo@gmail.com – CNPJ 02.347.381/0001-05

CREA

Ciente, em: ___/___/___

Nome do fiscal da obra

Ciente, em: ___/___/___

Diretor Técnico

